

CRISE, RESTAURAÇÃO E TENDÊNCIAS DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE

Mônica Duarte Cavaignac¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a lógica e a processualidade contraditórias do capital como sistema de metabolismo social, abordando sua dinâmica de crise e restauração, bem como suas tendências na contemporaneidade, à luz da teoria social crítica, sobretudo das contribuições de Marx e de autores como Mészáros, Chesnais, Harvey, Antunes, Benjamin, entre outros. Desse modo, tem em vista mostrar a atualidade da teoria marxiana para a compreensão da gênese, do desenvolvimento e das configurações atuais da sociedade capitalista, especialmente num contexto marcado pela crise estrutural e pelas estratégias de restauração do capital.

Palavras-chave: Lógica capitalista. Crise estrutural. Tendências contemporâneas.

1 INTRODUÇÃO

Uma análise das novas configurações do mundo do trabalho e, especialmente, de suas conseqüências sobre os trabalhadores – fio condutor do presente estudo – requer, antes de tudo, a compreensão da lógica do capital como sistema econômico, político e ideológico de dominação, bem como de suas principais tendências no cenário contemporâneo. Tais tendências expressam o movimento incontrolável do capital em busca de superar os seus próprios limites e responder às contradições inerentes ao seu sistema de metabolismo social. Neste sistema, três dimensões fundamentais se inter-relacionam diretamente: o capital, o trabalho assalariado e as formações de Estado, sem as quais a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível. Desse modo,

¹ Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra em Educação e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Serviço Social da UECE. Email: monicacavaignac@bol.com.br.

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 188-189).

Este artigo, à luz de uma teoria social crítica, oferece pistas analíticas para o desvendamento da lógica e da processualidade contraditórias do sistema do capital, bem como de suas estratégias econômicas e políticas de auto-expansão e autovalorização em meio às suas próprias contradições e crises tendenciais.

2 A LÓGICA EXPANSIONISTA E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O capital, de acordo com Mézáros (2002), é um sistema de controle sociometabólico singular na história. Voltado incontrolavelmente para sua auto-expansão, desconsidera todas as aspirações e valores humanos, definindo, à sua maneira, os objetivos da existência social. Suas determinações objetivas prevalecem contra os desejos subjetivos, opondo-se poderosamente a tudo o que não se encaixa ao seu sistema de mediações históricas.

Conforme afirma Marx (1971, p. 86), este sistema pesa sobre os indivíduos como uma fatalidade, subordinando-os à sua lógica. Trata-se, nos termos de Mézáros (2002), de uma lógica alienante, destrutiva e desumanizante, a qual envolve todas as pessoas e todas as relações da vida social numa forma de dominação cada vez mais abstrata. Esta lógica coloca tudo e todos a serviço do capital, sem levar em conta os imperativos humano-sociais vitais. Senão vejamos.

Sob o domínio do capital, o grande objetivo da produção social não é produzir valores-de-uso que satisfaçam necessidades humanas, mas produzir valores-de-troca que atendam aos imperativos de acumulação e de reprodução do próprio capital. Desse modo, o produto do trabalho humano transforma-se numa

mercadoria, cujo valor² é determinado pela quantidade de trabalho nela materializada, pelo tempo de trabalho socialmente necessário³ à sua produção.

Na produção de mercadorias, portanto, o capitalista produz valores-de-uso não por estar interessado em prover necessidades ou servir às comodidades da vida humana, mas apenas por serem os valores-de-uso substratos materiais, detentores de valor-de-troca. Assim, ele é movido por dois objetivos, conforme analisa Marx (2004):

Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (MARX, 2004, p. 220).

Como “personificações” do capital e do trabalho, capitalistas e trabalhadores se envolvem numa relação de compra e venda a partir da qual se inicia um processo de trabalho marcado, de um lado, pela valorização dos objetos produzidos e, de outro, pela desvalorização dos produtores imediatos ou sujeitos reais da produção. O capitalista, a quem pertencem os meios de produção, encontra disponível no mercado uma população de trabalhadores que, para conseguir os meios de sua sobrevivência, tem de vender a sua força de trabalho, única mercadoria que possui, em troca de um salário.

O trabalho assalariado, desta forma, é uma imposição para o trabalhador, um meio de satisfazer necessidades. Sob o controle do capital, em vez de realizar-se no trabalho, o homem se aliena no trabalho: sua atividade produtiva é uma coisa estranha, que não lhe pertence; o produto do seu trabalho é também um objeto estranho que o domina.

Entre as mercadorias compradas pelo capitalista para realizar o ciclo de reprodução do capital, a força de trabalho humana é a única capaz de produzir valor.

² Valor e valor de troca são duas categorias distintas: “o valor, que permanece abstrato, não perceptível, exprime-se num valor de troca perceptível, designadamente a mercadoria com a qual a primeira mercadoria é trocada” (JAPPE, 2006, p. 30).

³ De acordo com Marx (2004, p. 61), “tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

Somente o seu consumo possibilitará que, ao serem vendidas e transformadas em dinheiro, as mercadorias rendam ao seu possuidor um valor muito maior do que o adiantado por ele para investir na produção, inclusive para pagar o salário dos trabalhadores.

Essas características sociais do trabalho, no entanto, são dissimuladas pela mercadoria, na qual elas se apresentam como características materiais inerentes aos produtos do trabalho. Marx (2004, p. 94) chama isto de fetichismo, ou seja: “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

Nas sociedades em que os produtos do trabalho dos homens tomam universalmente a forma de mercadorias, uma dentre estas assume, historicamente, a forma de equivalente geral, transformando-se em finalidade social: o dinheiro, cuja existência pressupõe a “reificação do nexos social”. Nesse sentido,

(...) os homens depositam na coisa [material] (no dinheiro) aquela confiança que não estão dispostos a depositar neles mesmos como pessoas. Porém por que têm confiança na coisa material? Evidentemente só porque ela é uma relação reificada entre as pessoas, ou seja um valor de troca reificado; um valor de troca não é mais que uma relação recíproca da atividade produtiva das pessoas. (MARX, 1971, p. 88).

Como forma abstrata de relação social, o dinheiro suprime toda a mediação, transformando a dependência pessoal, característica das formas de produção anteriores à capitalista, numa dependência material.

Estas relações de dependência materiais, em oposição às pessoais (a relação de dependência pessoal não é senão [o conjunto dos] vínculos sociais que se contrapõem automaticamente aos indivíduos aparentemente independentes, vale dizer, [ao conjunto dos] vínculos de produção recíprocos convertidos em autônomos em relação aos indivíduos) se apresentam também de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, enquanto que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou a idéia não é sem dúvida nada mais que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. (MARX, 1971, p. 92).

Desse modo, os indivíduos passam a existir isoladamente como sujeitos físicos, cuja força de trabalho, tornada mercadoria, é a única garantia de sua própria sobrevivência.

Ao consumir essa mercadoria “especial” – a força de trabalho humana –, o capitalista busca, cada vez mais, aumentar o tempo de trabalho excedente por ele apropriado, não pago ao trabalhador. Para tanto, além de tentar prolongar ao máximo possível a jornada de trabalho (mais-valia absoluta), busca empregar tecnologias de produção que reduzam o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro (mais-valia relativa).

O contínuo desenvolvimento das forças produtivas não só aumenta a produtividade, mas também impulsiona a crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, na qual reside a contradição central do sistema sociometabólico do capital. Isto porque, ao tornar redundante o trabalho vivo – que passa a ser apenas uma ferramenta parcial do processo produtivo –, o capital põe em crise a produção do valor, cuja medida continua sendo, contraditoriamente, o tempo de trabalho. Assim, afirma Marx (1972, p. 229): “O capital é a contradição em processo [posto que] tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que por outro lado põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza”.

A incorporação de máquinas cada vez mais complexas e inteligentes ao processo de produção possibilita ao capital produzir muito mais em menos tempo, aumentando as taxas de mais-valia relativa. Com isto, o sistema tende a produzir “uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital” (MARX, 2004, p. 465).

Por outro lado, o aumento da produção de mercadorias (riqueza material) não significa o aumento da produção de valor. Pelo contrário, com a substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas, o valor unitário de cada mercadoria tende a ser reduzido a um mínimo, uma vez que:

A produtividade da maquinaria (...) está na razão inversa do valor que ela transfere ao produto. Quanto maior o período em que funciona, tanto maior a quantidade de produtos em que se reparte o valor transferido pela máquina, e tanto menor a porção de valor que acrescenta a cada mercadoria em particular. (MARX, 2004, p. 461).

A crescente redução do trabalho vivo implica, portanto, uma crise de valorização do capital, pois neste trabalho está a fonte do valor, daí a contradição: “O valor torna-se anacrônico, tendo em vista o potencial criado pelo sistema de

produção ao qual dá sustentação. A realização deste potencial acarreta a abolição do valor” (POSTONE, 2000, p. 121).

Esta contradição central apresenta distintas materializações ao longo do desenvolvimento do capital. Nos tempos contemporâneos, dada a crescente incorporação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, ela é levada ao limite e ganha mais visibilidade, acirrando uma crise que abala profundamente a lógica de funcionamento do sistema do capital.

Tal crise atinge a base de valorização do capital e determina o conseqüente deslocamento do espaço preferencial de realização do capital do ambiente produtivo para o financeiro, num processo chamado por Chesnais (2003) de “mundialização financeira”.

As origens deste processo se encontram em meados dos anos 1970, com a crise do fordismo⁴ e do keynesianismo⁵, que, associados, constituíram os pilares do processo de acumulação acelerada do capital no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Este período é marcado por um amplo acordo entre capital e trabalho, conhecido como consenso do pós-guerra, o qual possibilitara altas taxas de lucro, forte expansão da demanda efetiva e elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central. A aliança entre capitalistas e trabalhadores, entretanto, só viabilizara-se devido ao abandono por boa parte da classe trabalhadora de um projeto de socialização da economia, afastando a luta de classes e assegurando o estabelecimento de acordos e compromissos que

⁴ O modelo de produção fordista vigorou na indústria capitalista durante quase todo o século XX, sob o comando da economia norte-americana. Em linhas gerais, caracteriza-se pela produção de mercadorias em série, homogeneizada, verticalizada e voltada para o consumo de massa; intensa divisão do trabalho e forte hierarquia funcional; fragmentação do processo de trabalho, com tarefas mecânicas e repetitivas; relação salarial que vincula os salários aos ganhos de produtividade, levando ao crescimento da massa salarial e ao conseqüente aumento do consumo.

⁵ O keynesianismo, modelo de regulação social fundado na intervenção do Estado no sentido de assegurar o equilíbrio econômico, tem como fundamentos a ampliação do emprego – via produção de serviços públicos, além da produção privada – e o desenvolvimento de um conjunto de políticas sociais que funcionam como salários indiretos, com vistas a criar demanda e aumentar o consumo. No período fordista, a intervenção estatal encontrou condições históricas para conciliar a sua funcionalidade ao capital com a garantia de direitos sociais. Conforme observa Antunes (2000, p. 38-39), tratava-se de “uma forma de sociabilidade fundada no ‘compromisso’ que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a tentativa do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. Além disso, esse ‘compromisso’ tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse ‘compromisso’ social-democrata”.

permitiram a implementação de diversas políticas sociais e a expansão do *Welfare State*⁶ nos países centrais.

Nos chamados “anos de ouro” do capitalismo, a existência de elevados níveis de produtividade permitira a ampliação do emprego, inclusive com aumento da massa salarial, ao lado da rentabilidade do capital, assegurando a continuidade de um contrato social com grande legitimidade. A partir dos anos 1970, todavia, as contradições internas do processo de expansão capitalista manifestam-se de uma forma sem precedentes na história do sistema, demarcando uma crise de caráter estrutural.

Alguns elementos históricos destacados por Antunes (2000), Behring e Boschetti (2008), contribuem para a explosão de tal crise, exigindo do capital novas estratégias de superação: o acirramento da concorrência internacional em torno do diferencial da produtividade, levando à progressiva incorporação da revolução tecnológica e, conseqüentemente, ao agravamento do desemprego e à retração do consumo; a queda da taxa de lucro, decorrente, entre outros fatos, da dificuldade do capital de aumentar a extração da mais-valia, dado o razoável poder de barganha dos trabalhadores – advindo do ainda recente período de elevados níveis de emprego no capitalismo central; o aumento da inflação, desencadeando a busca de valores-refúgio pela via da especulação financeira; o aumento das dívidas públicas e privadas, acelerado pela expansão do crédito associada à inflação; a forte concentração do capital; a crise fiscal do Estado e a conseqüente incapacidade de exercer suas funções mediadoras.

A crise do modelo de regulação social fordista-keynesiano é, dessa forma, a “expressão fenomênica” – nos termos de Antunes (2000) – daquilo que Mészáros (2002) caracteriza como “crise estrutural do capital”, a qual se diferencia de todas as crises periódicas ou conjunturais do sistema, por seu caráter permanente e universal. Para o autor, trata-se de uma crise sistêmica que afeta “o sistema do

⁶ Conforme ressaltam Behring e Boschetti (2008), uma visão ampliada do *Welfare State* o concebe como todo esforço do Estado para modificar as condições do mercado e proteger os indivíduos das suas conseqüências econômicas e sociais. Desse modo, é possível afirmar que as ações públicas nessa direção, ainda que rudimentares, são originárias do século XIX e se ampliaram no século XX. Mas a expressão *Welfare State* seria mais apropriada para designar a generalização dessas ações após a Segunda Guerra Mundial. Os argumentos sobre a origem e a abrangência do *Welfare State* são cercados de polêmicas e divergências, até mesmo quanto à utilização do termo para designar realidades históricas, econômicas e sociais particulares.

capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/ monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Diante das contradições intrínsecas à sua própria processualidade, o capital desenvolve, com toda força, tendências que, de acordo com Benjamin (2007), já faziam parte das previsões marxianas em meados do século XIX, quais sejam: a promoção de uma revolução técnica incessante, voltada para expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação; a realização de uma profunda revolução cultural, para fazer surgir o homem portador das novas necessidades em expansão; e a formação do sistema-mundo, para incluir o máximo de populações no processo mercantil. De fato,

Estamos, finalmente, em um sistema-mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir mais loucamente, e se consome loucamente para se produzir mais loucamente. Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. Cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época – um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites. (BENJAMIN, 2007).

Para Benjamin (2007), o “verdadeiro lance de gênio” de Marx, todavia, foi ter percebido que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação em uma forma (que chamou D – D’) na qual ele nunca deixaria de existir como riqueza abstrata. É o que acontece hoje com a financeirização do capital, processo pelo qual dinheiro (D) gera mais dinheiro (D’), sem passar, necessariamente pelo circuito de produção de mercadoria, cuja forma é D – M – D’ (onde M é mercadoria).

A estratégia de financeirização do capital expressa a busca do sistema por novas bases de valorização e está inserida no contexto das profundas mudanças econômicas, políticas e sociais que ele põe em curso para enfrentar a sua crise estrutural, a qual é uma tendência do seu próprio movimento contraditório de expansão.

Na esfera da produção, tais mudanças são marcadas pela revolução tecnológica, que atinge novos patamares com a incorporação de tecnologias cada

vez mais poupadoras de trabalho vivo, como a microeletrônica e a informática. Junto com novos métodos de gestão e organização do trabalho, estas tecnologias configuram um processo de reestruturação produtiva pautado na lógica da acumulação flexível⁷, cujo modelo exemplar é o toyotismo⁸. Tal processo traz como conseqüências o crescimento do desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho, a redução dos direitos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, cada vez mais fragmentada e fragilizada em sua capacidade de organização e de negociação coletiva.

Estas conseqüências mostram que o capital só reconhece como “missão histórica” a sua própria expansão, não lhe importando os custos nem os meios utilizados para alcançá-la. Em busca de superar limites e obstáculos, ele altera, conforme as suas necessidades, a dinâmica e os objetivos da produção, atribuindo a esta atividade vital um caráter destrutivo, sob a lógica da “descartabilidade”. Desse modo, além de degradar e destruir a natureza em nome do lucro imediato, transforma o supérfluo em necessário e reduz o tempo de vida útil dos produtos para torná-los obsoletos em pouco tempo, tendo em vista aumentar a demanda e estimular o consumo por meio da produção de descartáveis.

A lógica expansionista e destrutiva do capital – expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor; destrutiva na sua processualidade pautada pela descartabilidade – torna descartáveis não só as mercadorias, mas também as próprias pessoas. Enquanto transforma coisas supérfluas em necessidades sociais – para que se tenha uma maior quantidade de mercadorias circulando no mercado –,

⁷ Segundo Harvey (1993), a acumulação flexível, também chamada de produção *just-in-time*, diferencia-se da produção fordista pelas seguintes características: produção flexível, voltada para a demanda, sem estoques e em pequenos lotes; variedade de tipos de produtos; controle de qualidade integrado ao processo produtivo; trabalhadores com múltiplas tarefas; organização horizontal do trabalho; grande segurança no emprego para trabalhadores centrais e nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários.

⁸ O toyotismo, modelo japonês de acumulação flexível, tem como características gerais: transformação dos operários parcelares em plurioperadores, trabalhadores polivalentes ou multifuncionais; revolução nas técnicas de controle do processo de fabricação e encomendas, por meio do sistema de *kanban* (o ponto de partida é o das encomendas já endereçadas à fábrica e dos produtos já vendidos); forte controle de qualidade dos produtos; flexibilidades no processo de produção e nas formas de contratação, conforme a produtividade (em situações de demanda decrescente, menos trabalhadores são empregados); substituição do “sindicalismo de indústria”, marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregadores e seus representantes, pelo “sindicalismo de empresa”, passando de práticas de enfrentamento a formas cada vez mais marcadas pelo acordo e até mesmo pela cooperação com os representantes dos interesses do capital (as reivindicações incorporam as dificuldades de lucro e rentabilidade enfrentadas pela empresa). (CORIAT, 1994).

o capital transforma os sujeitos reais do processo produtivo em meios de produção supérfluos, desnecessários à produção de mercadorias, embora não se possa dizer o mesmo quanto ao consumo destas. Afinal, “somos consumidores numa sociedade de consumidores. A sociedade de consumidores é uma sociedade de mercado. Todos nos encontramos totalmente dentro dele, e ora somos consumidores, ora mercadorias” (BAUMAN, 2005, p. 151).

O mercado, portanto, está no centro das preocupações capitalistas. E, num contexto de crise estrutural do capital, a expansão do mercado, contradizendo o discurso do “Estado Mínimo”, exige uma “coordenação política central”, capaz de submeter os Estados nacionais à nova lógica da “acumulação planetária”, conforme observa Alves (1998). Ao analisar o que chama de “paradoxo neoliberal”, o autor assinala que, “apesar do discurso pelo livre mercado, é cada vez mais necessária a intervenção política de instituições supranacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial (ou mesmo a ONU), voltados para evitar os cataclismas financeiros intrínsecos à ordem da globalização sob a égide do capital” (ALVES, 1998, p. 118).

Neste novo patamar da acumulação capitalista, denominado por Chesnais (1996) de “mundialização do capital”⁹, são exigidas profundas mudanças não só na estrutura econômica do capital, mas também na chamada “superestrutura político-ideológica” do sistema (ALVES, 1998). De fato, o capital redefine suas estratégias políticas de dominação, exigindo um novo tipo de intervenção estatal, de cariz neoliberal.

Ajustando-se à nova ordem capitalista mundial e às suas políticas macroeconômicas – liberalização comercial, desregulamentação do mercado, abertura ao capital estrangeiro, privatização e focalização das políticas sociais –, o Estado passa a viabilizar as condições de valorização e rentabilidade do capital transnacional, em detrimento do atendimento às necessidades sociais e nacionais, promovendo, com isto, o agravamento do desemprego e da desigualdade social.

⁹ A expressão “mundialização”, de acordo com Chesnais (1996, p. 17), “é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais”. Segundo o autor, trata-se de um processo de internacionalização do capital decorrente do movimento de acumulação que o capital vem realizando desde as primeiras décadas do século XX e que se intensifica a partir dos anos 1980, com as políticas de liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação de conquistas e direitos sociais.

Associados às transformações na esfera produtiva e no mundo do trabalho, os ajustes políticos neoliberais aumentam a instabilidade e a insegurança sociais, alterando também as formas de sociabilidade, marcadas cada vez mais pelo pragmatismo, pela competitividade e pelo individualismo. Na medida em que são destituídas tanto do trabalho como meio de sobrevivência, como da proteção social do Estado, as pessoas são levadas a viver na condição do “salve-se quem puder!”, concorrendo “loucamente” por uma vaga no mercado de trabalho ou “mendigando” benefícios assistenciais de caráter seletivo.

“Supérfluos para o capital” – nos termos de Mézáros (2002) –, “excessivos” ou “redundantes” – nos termos de Bauman (2005): assim são considerados milhões de seres humanos lançados ao desemprego e à própria sorte, aumentando os níveis de degradação e barbárie social em todas as regiões do planeta, como mostra o crescimento espantoso do que se poderia chamar de “mercado de ‘trabalho’ ilegal”, isto é, o mundo do crime com suas práticas cada vez mais diversificadas – tráfico de drogas, assaltos, roubos, estelionatos, seqüestros, pirataria, corrupção, entre tantas outras, que ignoram qualquer dimensão ética e muitas vezes encontram no emprego da violência um meio legítimo de se reproduzirem num mundo marcado pelo medo e pela imprevisibilidade.

Neste mundo assustador e ameaçador, muitas vidas – conforme afirma Bauman (2005) – são “desperdiçadas”. Trata-se de vidas descartadas ou superexploradas pelo mercado de trabalho – desemprego, informalidade, subemprego, trabalhos precários, trabalho infantil; vidas destruídas ou debilitadas em meio às tragédias do cotidiano – homicídios, suicídios, uso de drogas, acidentes de trânsito e muitas outras; vidas devastadas em meio aos desastres ambientais – terremotos, *tsunamis*, furacões, enchentes e outras catástrofes que se tornam freqüentes e, em grande medida, estão associadas à ação degradante do homem sobre a natureza; enfim, vidas cujo destino, numa sociedade que tanto produz mercadorias como pessoas descartáveis, pode ser a mendicância, a criminalidade, a prostituição ou as prisões, as quais, “como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósitos de lixo” (BAUMAN, 2005, p. 108).

Grande parte desse “desperdício de vida” é decorrente da lógica da descartabilidade, que predomina não apenas no âmbito da produção e do consumo destrutivos, mas também no excludente mundo do trabalho. Assim como o capital reduz o tempo de vida útil das mercadorias, reduz o tempo de ocupação dos trabalhadores no mercado de trabalho, ao passo que retarda a inserção dos mais jovens – sobretudo daqueles sem experiência e com pouca ou nenhuma qualificação – e antecipa a exclusão dos mais velhos, que, uma vez desempregados, dificilmente conseguem um novo emprego. Também são descartados, do mesmo modo que mercadorias com prazo de validade vencido, trabalhadores que adquirem problemas de saúde no exercício de suas atividades profissionais, em decorrência da crescente intensificação do trabalho.

Estas são apenas algumas dimensões concretas da lógica perversa e desumanizante do capital, que, para se auto-expandir e se autovalorizar, é capaz de levar ao limite a degradação da natureza e do próprio homem, desprezando seus valores e suas necessidades. Pode-se dizer, portanto, que a crise que atinge a sociedade capitalista, para além da chamada “crise do valor”, expressa uma “crise dos valores” em todos os sentidos. Desse modo, “as conseqüências negativas da cega expansão do capital se tornam tão óbvias que não podem mais ser ignoradas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 265).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas do capital à sua própria “contradição em processo” – tais como a criação de novas necessidades de consumo, a imposição de uma crescente obsolescência dos valores de uso das mercadorias, a redução dos direitos dos trabalhadores, a financeirização das empresas, entre outras – são contratendências do capital, no sentido de paralisar ou retardar o desenvolvimento tendencial da crise.

Ao desenvolver uma crítica radical aos fundamentos do sistema sociometabólico do capital, Mézáros (2009) caracteriza a crise atual como uma crise sistêmica e estrutural, a qual tem como expressões: a crise do sistema

financeiro global; a retração da produção industrial, agrícola e de serviços; a explosão do desemprego; a precarização estrutural da força de trabalho, a destruição ambiental, entre outras conseqüências da processualidade incontrollável e profundamente destrutiva do capital. Para o autor, a profundidade desta crise faz dela não só a maior crise econômica da história humana, mas a maior crise em todos os sentidos.

Na concepção de Chesnais (2008), a crise atual é mais uma expressão dos limites históricos da produção capitalista, os quais surgem da contradição constante entre a valorização do capital existente e o desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas. Segundo ele, esta crise tem características comparáveis à crise de 1929, mas é desenvolvida num contexto muito diferente.

O autor observa que, durante os últimos trinta anos, o capital utilizou diversos meios na tentativa de superar seus próprios limites, entre os quais destaca:

1. A liberalização das finanças, do comércio e do investimento, que significou o desmantelamento dos poucos elementos regulamentadores que tinham sido construídos no marco internacional do segundo pós-guerra, levando à total desregulamentação do capitalismo e ao surgimento de novas tensões, conflitos e contradições;
2. A criação de capital fictício¹⁰, de meios de crédito e de outras formas artificiais de ampliação da procura efetiva, as quais geraram as condições para a crise financeira que se desenvolve hoje;
3. A reincorporação da União Soviética e, principalmente, da China como elementos plenos do sistema capitalista mundial, com estratégias e dinâmicas próprias, o que modifica as relações geopolíticas do capital e marca o fim da etapa em que os Estados Unidos podiam atuar como potência mundial sem comparação, tendo agora de partilhar o poder. Estes processos aumentaram a vulnerabilidade e a fragilidade do sistema, dando novas características à crise atual (CHESNAIS, 2008).

À crise de ordem econômica, isto é, à crise do capital enquanto tal, combinam-se as manifestações de uma crise climática, que surge como reação da natureza à forma como vem sendo tratada pelo homem no marco do capitalismo.

¹⁰ Capital fictício é a acumulação de títulos que são “sombra de investimentos” já feitos, mas que, como títulos de bônus e de ações, aparecem com o aspecto de capital não ao sistema como um todo, mas aos seus detentores, rendendo-lhes dividendos e juros (CHESNAIS: 2008).

São exemplos de tais manifestações as catástrofes ambientais ocorridas no Brasil e em diversas regiões do planeta, destruindo milhares de vidas.

Isto mostra que não estamos diante de uma crise apenas financeira, como a mídia costuma acentuar. Trata-se, sim, de uma crise muito mais ampla, a qual, conforme enfatiza Chesnais (2008), envolve o risco de uma catástrofe já não do capitalismo, mas de uma catástrofe da própria humanidade.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). **Política Social: fundamentos e história**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIN, César. **Atualidade de Marx**. Disponível em: www2.fct.unesp.br. Acesso em: jul./2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior**. 2008. Disponível em www.revistaforum.com.br. Acesso em: fev./2010.

CHESNAIS, François (et al). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização**. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo; Edições Loyola, 1993.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Tradução José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse). Vol. 1. Espanha: Ed. Siglo Veintiuno, 1971.

_____. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse). Vol. 2. Espanha: Século XXI, 1972.

_____. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção do Capital. Volume 1, 22ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2009.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. In: PAIVA, Jorge. **Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana**. Fortaleza-CE, Instituto Filosofia da Práxis, 2000.